



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 1/2018

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM TRÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----**

-----Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleito pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----Não esteve presente na Reunião a Senhora Vereadora Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos, eleita pelo PPD/PSD, devido a compromisso profissional, tendo a Câmara considerada justifica a falta.-----

-----Secretariou a reunião Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**I.-PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**II.-PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20/12/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

**2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 244, referente ao dia 29/12/2017, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:-**-----

#### **4.1.-INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA:-**-----

-----Foi presente o e:mail datado de 14/12/2017 do Instituto Nacional de Estatística, através do qual remete um conjunto de informação estatística sobre o Município de Mortágua.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-**-----

#### **5.1.-JUVENTUDE:-**-----

##### **5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-**-----

###### **5.1.1.1.-Ratificação dos Processos n.ºs 52 e 54/2017:-**-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 52 e 54/2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

###### **5.1.1.2.-Indeferimento do Processo n.º. 51/2017:-**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 51/2017, que entrou nos serviços em 24/11/2017, para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Mortágua, requerido por Paulo Henrique Rodrigues, na qualidade de pai de Isabela Ramalho Rodrigues, nascida a 07/10/2017.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Após análise do processo verifica-se que o requerimento não cumpre alínea c) do artigo 3º. e alínea f), do artº. 4º. – Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo, do Regulamento, ou seja os requerentes não se encontram recenseados na área do Concelho de Mortágua, nem pelo facto de não ter apresentado o cartão de cidadão da criança.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, por unanimidade deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo, devendo, se assim o entender, pronunciar-se por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do CPA sobre o mesmo.-----

### **5.2.-SERVIÇOS DE APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE):-----**

#### **5.2.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem como objetivo execução dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeições) das cento e trinta e duas (132) crianças que frequentam o Ensino Pré-Escolar, que se desenvolvem nas instalações do Centro Educativo até ao final do ano letivo de 2017/2018.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas e prolongamento de horário a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Assim a Câmara irá:-----

----Comparticipar no custo das atividades de apoio à família, transferindo o mesmo valor do Acordo celebrado entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social e o Município de trinta euros e noventa e nove cêntimos (30,99 €), acrescido de IVA a vinte e três por cento (23%), por criança e por mês, pelos serviços da componente de prolongamento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de horário das cento e trinta e duas (132) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário.-----

-----Comparticipar em um euro e noventa cêntimos (1,90€), acrescido de IVA a treze por cento (13%), por refeição das cento e trinta e duas (132) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário, podendo este número sofrer alteração.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em trinta mil cento e oitenta e nove euros e vinte e dois cêntimos (30.189,22 €) para o prolongamento de horário e em trinta mil e quarenta euros e oitenta e três cêntimos (30.040,83 €) para o fornecimento de refeição, com IVA incluído, podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante da frequência efetiva diária das crianças nos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeição) durante os cento e seis (106) dias do calendário escolar do 2º. e 3º. períodos do presente ano letivo 2017/2018.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.--

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do compromisso no orçamento do corrente ano.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Vereador Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **5.2.2.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução do Fornecimento de Refeição ao 1º. CEB:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem como objetivo o fornecimento de refeições às duzentas e cinquenta e sete (257) crianças que frequentam o 1º.CEB, nas instalações do Centro Educativo até ao final do ano letivo de 2017/2018.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Assim, a Câmara irá:-----

-----Comparticipar em um euro e noventa cêntimos (1,90€), acrescido de IVA à taxa de treze por cento (13%), por cada refeição das duzentas e cinquenta e sete (257) crianças matriculadas no 1º. CEB, podendo este número sofrer alteração.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se no montante de cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos (58.488.57 €), com IVA incluído, podendo haver oscilação para menos uma vez que a despesa a pagar é a resultante das refeições efetivamente servidas diariamente às crianças durante os cento e seis (106) dias do calendário escolar do 2º. e 3º. Períodos do presente ano letivo de 2017/2018.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do compromisso no orçamento do corrente ano. -----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Vereador Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **5.3.-TRANSPORTES ESCOLARES:-----**

#### **5.3.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para o Transporte de alunos:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem por objeto a realização por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, do transporte para o Centro Educativo de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua de quarenta e uma (41) crianças, de várias povoações das Freguesias de Espinho, Pala e Sobral, que frequentam o Ensino Pré – Primário, o 1º. Ciclo do Ensino Básico, o 2º. Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário até ao final do ano letivo de 2017/2018.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre a realização de transportes escolares a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto. -----

-----Considerando que durante os cento e seis (106) dias do calendário escolar do 2º. e 3º. Períodos do ano letivo de 2017/2018 são efetuados cento e quarenta e sete (147) quilómetros, por dia, totalizando quinze mil quinhentos e oitenta e dois (15.582) quilómetros, o Município irá comparticipar os custos do transporte com noventa e oito centimos (0,98€), acrescido de IVA, por quilómetro o que perfaz o montante de dezoito mil setecentos e oitenta e dois euros e cinquenta e quatro centimos (18.782,54 €), a transferir em seis (6) mensalidades.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.--

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar o Protocolo, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do compromisso no orçamento do corrente ano.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Vereador Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **6.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:**-----

#### **6.1.-URBANIZAÇÃO:**-----

##### **6.1.1.-Adjudicação por Concurso Público da Empreitada de Reposição e Beneficição de**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **Pavimentos em Arruamentos de Diversas Povoações:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos em Diversas Povoações, do Concelho: Rua da Associação, em Cercosa; Rua do Macho, em Vale de Ana Justa; Acesso ao Cemitério e Rua dos Lagos, em Espinho; Rua sem nome, no Falgaroso da Serra; Rua do Picoto, na Sobrosa; Rua da Torninha, no Carvalhal; Rua do Caramolo, em Monte de Lobos; Rua Gandarada, no Tarrastal; Rua Chão do Pedro, na Felgueira; Rua da Biqueira e Rua da Costa, em Vale de Paredes; Rua do Alto, em Vila Meã; Rua Vale da Figueira, Rua Vale do Seixo, Rua da Paradinha e Rua da Serra, em Vila Moinhos; Rua do Guardão, em Vila Gosendo; Rua da Associação em Trezoi; Rua da Bencanta, em Almaça; Rua do Cimo do Povo, em Cortegaça e Rua Dr. João Pais Carvalho Mamede, em Vale de Açores, que a seguir se transcreve, ficando arquivado no respetivo processo de contratação publica, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o nº. 39/2017, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação:-----

### -----“ RELATÓRIO FINAL :-----

-----Processo nº. 39/2017 (plataforma Saphety Gov).-----

-----Concurso Público.-----

Empreitada: Reposição e beneficiação de pavimentos em arruamentos de diversas povoações:

Procedimento: Concurso público nos termos da alínea b) do artº. 19º. do Código dos Contratos Públicos

Composição do Júri: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira na qualidade de presidente, e como vogais efetivos Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte e Manuel Jorge Gomes Nunes

Abertura: Deliberação de Reunião de Câmara de 2 de agosto de 2017

-----Terminado o prazo para os concorrentes se pronunciarem no uso do direito de audiência prévia, reuniu o Júri para efeitos da elaboração do relatório final conforme determina o artigo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

148º. do Código dos Contratos Públicos.-----

-----O Júri do Procedimento refere o seguinte:-----

-----1º.-----

-----A audiência foi efetuada em simultâneo aos concorrentes através de notificação submetida na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, a Saphety Gov, em 17/11/2017 pelas 10:16h, tendo o seu prazo terminado às 23:00 h do dia 24/11/2017.-----

-----2º.-----

-----No relatório preliminar elaborado em 13 de novembro de 2017, o Júri tinha classificado e ordenado as propostas dos concorrentes da seguinte forma:-----

Ordenação	Concorrentes	Valor/proposta	Admitido/Excluído
Primeira	Socitop, Unipessoal, Lda	185.775,30€;	Admitido
Segunda	Isidoro Correia da Silva, Lda.	212.738,45€;	Admitido
	Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Lda		Excluído
	Contec – Construção e Engenharia, S.A		Excluído
	Civibérica – Obras Civas, SA		Excluído

-----3º.-----

-----Findo o prazo da audiência prévia, não foram submetidas na plataforma eletrónica quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes.-----

-----4º.-----

-----Como não foram presentes quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes, o júri mantém a ordenação das propostas dos concorrentes acima descritas, propondo a adjudicação ao concorrente Socitop – Unipessoal, Lda. pelo montante de 185.775,30 €, sem IVA incluído.-----

-----5º.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O presente relatório, juntamente com os demais documentos do processo, vão ser presentes ao órgão competente para a decisão de contratação, para aprovação das propostas, da adjudicação e da respetiva autorização da despesa.-----

-----Mortágua, 29/11/2017-----

-----O Júri”-----

-----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, e propondo assim o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada pela empresa, Socitop – Unipessoal, Lda, pelo valor de cento e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e trinta cêntimos (185.775,30 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%), e remetendo assim, nos termos do n.º4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O prazo de execução da obra é de sessenta (60) dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado na segunda quinzena do mês de janeiro de 2018.-----

-----A respetiva despesa foi objeto de cabimento no valor de duzentos e catorze mil seiscentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos (214.626,88 €), sob o n.º sob o número 17795, de 2/08/2017, na rubrica 02 07010401 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso no orçamento do corrente ano. -----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos em Diversas Povoações, do Concelho de Mortágua, Socitop, Unipessoal, Lda, pelo valor de cento e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

euros e trinta cêntimos (185.775,30 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos de Arruamentos em Diversas Povoações, do Concelho à firma Socitop, Unipessoal, Lda. pelo valor de cento e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e trinta cêntimos (185.775,30 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto–Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

3 – Remeter o processo aos serviços de contabilidade para proceder ao lançamento do respetivo compromisso no orçamento do corrente ano.-----

**6.1.2.-Protocolo Celebrado com a CCDRC - Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente em consequência dos incêndios florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, no seguimento da deliberação aprovada na reunião de Câmara de 20/12/2017, o Protocolo, que se dá aqui por integralmente reproduzidos e que fica apenso à ata da presente Reunião, celebrado em 22/12/2017, entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), e o Município de Mortágua e que, nos termos do n º 3 do artigo 7 º do decreto-lei n º 142/2017, de 14 de novembro, e do n º 5 do artigo 5 º da Portaria n º 366/2017, de 7 de novembro, que tem por objeto definir o âmbito de colaboração entre a CCDR Centro e o Município para a atribuição e gestão dos seguintes apoios a conceder às pessoas singulares e aos agregados familiares com habitações permanentes danificadas pelos incêndios de 15 de outubro, e que para todos os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

efeitos legais se dá aqui por integralmente reproduzindo, ficando apensa à ata da presente Reunião.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **7.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----**

#### **7.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----**

##### **7.1.1.-4ª. Hasta Pública para Venda dos Lotes da 1ª. Fase Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Adjudicação definitiva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para Venda dos Lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Loteamento do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, realizada em 03/01/2018, em que foi arrematado provisoriamente nos termos do ponto 14, do artigo 7º. do Regulamento da Hasta Pública o lote:-----

-----Nº. 6, registado na matriz da União de Freguesias de Vale de Remígio Cortegaça e Almaça sob o artigo 3093, com a área de 7010 m2, pelo valor de vinte e três mil novecentos e vinte e dois euros (23.922,00 €), a BACH – Fire Protection, Lda., com o número de Identificação Fiscal 514678399, com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote nº.43, 3450 – 232 Mortágua.-----

-----De acordo com auto de arrematação, o adjudicatário, nos termos do ponto 1 do artigo 8º. do aludido Regulamento, entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da adjudicação a título de sinal e princípio de pagamento.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que nos termos do ponto 16, do artigo 7º. do Regulamento da Hasta Pública aprove a adjudicação definitiva do lote nº 6 ao adjudicatário acima referido e pelo valor de vinte e três mil novecentos e vinte e dois euros (23.922,00 €).---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, nos termos do ponto 16, do artigo 7º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, adjudicar definitivamente à BACH – Fire Protection, Lda. pelo valor de vinte e três mil novecentos e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

vinte e dois euros (23.922,00 €), o lote nº.6 do Loteamento da 1ª. Fase do Loteamento do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

### **8.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **8.1.-PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta, do seguinte teor: -----

-----“Torna-se necessário proceder à abertura do competente concurso de fornecimento contínuo de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico .-----

-----O procedimento vigorará pelo período de 3 anos, com início de 1 de março de 2018 e terminus a 28 de fevereiro de 2021.-----

-----De modo a quantificar o procedimento, foram analisados os consumos do mesmo e, atendendo às estimativas obtidas, presumiram-se os consumos que virão a ser necessários para o procedimento a abrir.-----

-----Os encargos para o fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, foram apurados estimados em referência aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, importaram em 3.000,00 € em gasolina e 140.000,00 € em gasóleo;------

-----Considerando a complexidade do procedimento administrativo de contratação, bem como as vantagens comerciais, traduzidas num preço mais favorável, decorrentes da opção de estabelecer contrato por um período alargado que ultrapassará, necessariamente o ano económico;------

-----O prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;----

-----O encargo estimado anual decorrente do fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, será de: -----

-----Gasolina: Ano de 2018 (10 meses) – 2.500,00€; Ano de 2019 - 3.000,00 €; Ano de 2020 - 3.000,00 €; Ano de 2021 (2 meses) - 500,00 €.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Gasóleo: Ano de 2018 (10 meses) – 116.666,70 €; Ano de 2019 - 140.000,00 € ; Ano de 2020 – 140.000,00 €; Ano de 2021 (2 meses) - 23.333,34 €.-----

-----que já inclui o IVA à taxa legal em vigor.-----

----- O custo com o presente fornecimento estima-se no valor global de 348.780,52 €, sem IVA incluído, valor que corresponderá ao preço base do presente procedimento.-----

-----O procedimento terá a classificação CPV seguinte, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 09134100 - Gasóleo num total de 341.463,45 € e, ao objeto complementar, o código 09132100 - Gasolina sem chumbo num total de 7.317,07 €. -----

-----Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento concursal por ajuste direto, atípico, do tipo “Celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro”, nos termos do artigo 259.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, 31 de agosto de 2017, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ 01/15), promovido pela CIM-RC. -----

-----Sugere-se esta tipologia concursal, uma vez que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), concluiu o procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, sendo que o procedimento a abrir se enquadra no Lote 1 do mesmo (Lote 1 - Combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo - com cartão eletrónico de abastecimento).-----

-----No referido procedimento, e para o lote evidenciado, foram selecionados os seguintes fornecedores,: Repsol Portuguesa, S.A. (NIPC 500 246 963); BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (NIPC 500 194 670); Petróleos de Portugal - PETROGAL, S. A. (NIPC 500 697 370).-----

-----Devem ser convidados na consulta a ser desenvolvida pelo Município de Mortágua, considerando que existem na área do Município de Mortágua: BP Portugal - Comércio de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (NIPC 500 194 670); Petróleos de Portugal - PETROGAL, S. A. (NIPC 500 697 370). -----

-----CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será efetuada à proposta que apresente o maior valor de desconto sobre o preço de referência por litro de combustível.-----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto se anexa o respetivo Processo de Concurso (Convite à Apresentação de Propostas e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal. Para efeitos do Ajuste Direto mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos:-----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogais Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão e Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico, que desempenhará as funções de vogal e gestor do procedimento.-----

-----Membros suplentes: Engº. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão; Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----Atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----IMPUTAÇÃO ORÇAMENTAL: O eventual custo com o presente procedimento deverá



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

onerar as rubricas abaixo indicadas, onde o mesmo se encontra previamente cabimentado, pelo seu valor base, acima mencionado, devidamente distribuído pelas mesmas, sob os números expressos, sendo que contemplam, na informação de cabimento para anos seguintes, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 a parte dos valores considerados para os referidos anos, face às quantidades dos materiais, ao período de vigência do procedimento e aos preços estimados para os mesmos, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder às correções dos valores dos respetivos cabimentos para os valores a adjudicar, sendo que os seus dados se resumem: Rubrica Orçamental 02 02010202 - “Gasóleo”, e 020100201 “Gasolina” .-----

-----A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

-----1) Mandar proceder à abertura de procedimento por ajuste direto, tendo em vista o “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários”, nos precisos termos do preconizado na referida informação;-----

----- 2) Aprovar o respetivo Processo de Concurso (Convite à apresentação de propostas e Caderno de Encargos);-----

-----3) Aprovar a constituição do Júri para o presente concurso, nos termos propostos.-----

### **8.2.-HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA CERÂMICA DE MORTÁGUA – Adjudicação definitiva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para Venda dos Lotes que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua, realizada em 27/12/2017 corrente, em que foi arrematado provisoriamente nos termos do ponto 10.1 do Regulamento da Hasta Pública o lote:-----

-----Nº. 22/23, inscrito na matriz da União de Freguesias sob o artigo urbano 1853, pelo valor de treze mil e quinhentos euros (13.500,00 €), a Ricardo Nunes Simões, com o número de Identificação Fiscal 217818250, cartão de cidadão nº. 12825219 7ZY4, válido até 15/07/2020. Residente em Rua Principal, nº. 10, Cerdeira. 3450 – 381 Mortágua.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----De acordo com o Auto de arrematação, o adjudicatário, em cumprimento do disposto no ponto 11.1 do aludido regulamento, entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que nos termos do ponto 10.3 do Regulamento da Hasta Pública aprove a adjudicação definitiva do lote nº. 22/23 ao adjudicatário acima referido pelo valor constante no respetivo auto de adjudicação provisória.-----

-----A Câmara, depois de apreciado deliberou por unanimidade nos termos do ponto 16 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, aprovar a adjudicação definitiva do referido lote, devendo de acordo com o ponto 10.4 do Regulamento, a escritura de compra e venda do lote realizar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data da notificação da adjudicação.-----

### **8.3.-PROGRAMA OPERACIONAL CENTRO 2020 - NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA Nº. CENTRO 02-0853-FEDER-000032 – AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência UO 1-CIC 1133/2017, de 20/12/2017, do Programa Operacional Centro 2020, através do qual notifica o Município da decisão de aprovação da candidatura Nº. CENTRO 02-0853-FEDER-000032, da operação “Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, com a seguinte programação temporal e financeira:-----

-----Investimento Total: dois milhões e setenta mil trezentos e três euros e oito cêntimos (2.070.303,08 €);-----

-----Investimento elegível – um milhão e trinta e sete mil quinhentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos (1.037.565,57 €);-----

-----Investimento não elegível – um milhão e trinta e dois mil setecentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos (1.032.737,50 €);-----

-----Comparticipação FEDER – oitocentos e oitenta e um mil novecentos e trinta euros e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

setenta e quatro cêntimos (881.930,74 €).-----

-----De acordo com as disposições articuladas dos números 1 e 2 do artigo 21º. do Decreto – Lei nº.159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante devolução do Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira) devidamente assinados e autenticados por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de trinta (30) dias a conta da data da notificação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade mandar o senhor Presidente da Câmara Municipal, a assinar o sobredito Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira).-----

### **8.4.-PROC.º 571/13.OBEVIS – LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A./MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 004569818, de 20/12/2017, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, Unidade Orgânica 1, a notificar a Câmara Municipal do teor da decisão da sentença, proferida em 19/12/2017, sobre o processo supra identificado em que o Município de Mortágua veio intentar Ação Administrativa Comum contra Lena Engenharia e Construções S.A. pessoa coletiva 500073880, com sede em Quinta da Sardinha, 2495-185 Santa Catarina da Serra, com os fundamentos constantes na petição inicial, peticionando que a ação seja procedente e provada, condenando-se a ré a pagar ao Município a quantia de sessenta e quatro mil trezentos e vinte e seis euros e dezassete cêntimos (64.326,17 €), acrescido de juros à taxa legal, contados desde 18/07/2013, referente à revisão de preços do contrato de empreitada de construção do Centro Educativo, e que é o seguinte:--

-----“Decisão:-----

-----Pelo exposto, julgo a presente ação procedente e, em consequência, condena-se a Ré a pagar ao Autor as quantias peticionadas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Custas a cargo da Ré.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **9.1..DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/208, DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO E ALTERAÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO, NA RUA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, Nº. 1, MOITINHAL, FREGUESIA DE PALA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/208, em nome Agostinho Pedro Simões Rodrigues, residente em Nossa Senhora dos Remédios, Moitinhil, Pala, referente à construção nova e alteração - barracão e Muro de vedação, sito na Rua Nossa Senhora dos Remédios, nº. 1 Moitinhil, Pala com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

----- Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.- foi emitido alvará de obras de construção n.º 16/2017 cujo prazo de validade teve início a 25/02/2017 e termo a 24/08/2017.-----

-----2.- As obras foram executadas até ao nível da cobertura, não tendo sido concluídas, no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.--

-----3.- Em 30/09/2017 foi emitido Despacho pela Vereador com competência delegada que determina que: *“Os Serviços de Fiscalização desta Câmara Municipal informam a 22/09/2017, fls 127 que por deslocação ao local, verificou-se que a obra não se encontra concluída.*-----

-----Tendo em consideração que o prazo de execução de obra terminou a 24/08/2017, notifique-se o Requerente para no prazo de (10) dez , a contar da sua notificação, exerça o seu direito de audiência prévia , expondo por escrito, o que tive por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença de obras, ao abrigo do preceituado no n.º5 do artigo 71.º do Regime Jurídico das Urbanização e edificação e dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.”.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----4.- Em 11/10/2017 foi o requerente notificado pelo ofício n.º DAGF/AG –2363, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de dez (10) dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 30/10/2017, sem que nada viesse dizer ou apresentar. -----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2. -A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3 -O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/208 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 16/2018 , cujo término ocorreu a 24/08/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/2018, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º n.º.16/2017, e conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.-----

### **9.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 1ª. PRORROGAÇÃO DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2013/267 – AMPLIAÇÃO DE MORADIA, NA RUA DE S. JOSÉ, NA ORTIGOSA, FREGUESIA DE PALA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2013/267, em nome Raul Martins Rodrigues, residente em Rua de São José, 8, na Ortigosa, Pala, referente à Ampliação de habitação, na Rua de São José 8, Ortigosa, Pala, com vista à declaração de caducidade daquele processo n.º. 01/2013/267, de operação urbanística.-----

-----Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-foi emitido alvará de obras de construção n.º 51/2014, cujo prazo de validade teve início a 17/06/2014 e termo a 16/06/2016.-----

-----2.-Foi posteriormente emitida uma prorrogação válida até 07/08/2017.-----

-----3.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----4.-Em 29/09/2017 foi emitido Despacho pela Vereador com competência delegada que determina que: *“Os Serviços de Fiscalização desta Câmara Municipal informam a 13/09/2017, fls 383 que por deslocação ao local, verificou-se que a obra não se encontra concluída.*-----

-----Tendo em consideração que o prazo de execução de obra terminou a 07/08/2017, notifique-se o Requerente para no prazo de (10) dez , a contar da sua notificação, exerça o seu direito de audiência prévia , expondo por escrito, o que tive por conveniente. *Sob pena*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*de ser declarada a caducidade da licença de obras, ao abrigo do preceituado no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico das Urbanizações e Edificação e dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.*-----

-----5.- Em 6/10/2017 foi o requerente notificado pelo ofício n.º DAGF/AG – 2338, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de dez (10) dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 25/10/2017, sem que nada viesse dizer ou apresentar.-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/267, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 51/2014, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 07/08/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.-Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/267, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 51/2014, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 07/08/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.--

### **9.3.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 01/2017/797, PROCESSO Nº. 01/2017/75 – CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO/MUROS DE VEDAÇÃO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 01/2017/797, de Rita Margarida Gomes Ferreira, residente em Rua Principal, nº.66, Almacinha, 3450 – 111 Mortágua, a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e oitenta e oito euros e trinta e seis cêntimos (988,36 €) e da TMU de duzentos e setenta e um euros e noventa e dois cêntimos (271,92 €), do processo n.º 01/2017/797 - Construção Nova - Habitação/Muros de Vedação, sita em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almacinha-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Rita Margarida Gomes Ferreira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e oitenta e oito euros e trinta e seis centimos (988,36 €) e da TMU de duzentos e setenta e um euros e noventa e dois centimos (271,92 €), referentes ao processo n.º 01/2017/797 - Construção Nova - Habitação/Muros de Vedação, sita em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim  
*Rosa Maria Ferreira Beola* Secretário do Órgão  
e pelo Senhor Presidente.-----

## Protocolo

Considerando que os acontecimentos trágicos ocorridos em virtude dos incêndios de grandes dimensões que tiveram lugar em 15 de outubro de 2017 determinaram a adoção de medidas excecionais e urgentes de apoio para ocorrer às necessidades mais prementes das populações afetadas;

Considerando que uma dessas medidas prioritárias é a concessão de apoios no domínio da habitação, tendo os mesmos sido consagrados no decreto-lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, que aprovou o Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente;

Considerando que o n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, determina que para a atribuição e gestão dos apoios a conceder até ao valor de € 25 000 devem ser celebrados protocolos de colaboração entre as CCDR e os municípios, no âmbito das suas atribuições;

Considerando que a Portaria n.º 366/2017, de 7 de dezembro, que visa regulamentar a atribuição dos apoios previstos no decreto-lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, determina, no n.º 5 do seu artigo 5.º, as matérias que devem constar destes protocolos,

entre a

a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), com sede na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra, representada neste ato pela sua Presidente, Professora Doutora Ana Maria Abrunhosa Trigueiros de Aragão

e o

Município de Mortágua, com sede na R. Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Norte

é celebrado o presente protocolo, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, e do n.º 5 do artigo 5.º da Portaria n.º 366/2017, de 7 de dezembro, que se rege pelas seguintes cláusulas:

## Cláusula 1<sup>a</sup>

### Objeto

1. O presente protocolo tem por objeto definir o âmbito de colaboração entre a CCDR Centro e o Município de Mortágua para a atribuição e gestão dos seguintes apoios a conceder às pessoas singulares e aos agregados familiares com habitações permanentes danificadas pelos incêndios de 15 de outubro:

a) de valor igual ou inferior a 25 000€

e

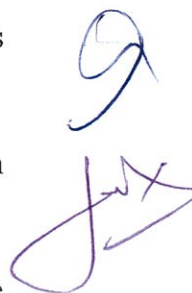
b) de valor superior a 25 000€.

2. São beneficiários dos apoios os proprietários, comproprietários e usufrutuários com habitação permanente danificada pelos incêndios.

3. Os apoios podem ser concedidos em dinheiro ou em espécie, nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes.

4. Os apoios concedidos aos comproprietários serão apenas em espécie se não forem requeridos pela totalidade dos mesmos.

5. Tratando -se de habitação arrendada, o apoio a conceder ao arrendatário assume exclusivamente a forma de apetrechamento da habitação.



## Cláusula 2<sup>a</sup>

### Lista das habitações danificadas

1. As habitações danificadas pelos incêndios no Município de Mortágua estão identificadas no anexo I a este protocolo, validado pelo Município e pela CCDR Centro.

2. O anexo I poderá ser alterado, sempre que o Município comprove a existência de outras habitações danificadas pelos incêndios de 15 de outubro, desde que haja validação da CCDR Centro.

## Capítulo I

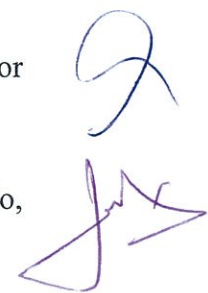
### Apoios de valor igual ou inferior a 25 000 €

#### Cláusula 3ª

##### Tipologia de apoios

1. É da competência da Câmara Municipal de Mortágua a instrução dos pedidos, bem como o acompanhamento e verificação do cumprimento da execução dos seguintes apoios:

- a) Obras de construção de nova habitação e/ou anexos habitacionais, de valor igual ou inferior a 25.000 €;
- b) Obras de reconstrução, total ou parcial, de habitação e/ou anexos habitacionais, de valor igual ou inferior a 25.000 €;
- c) Obras de conservação de habitação e/ou anexos habitacionais, de valor igual ou inferior a 25.000 €;
- e) Apetrechamento da habitação, correspondente à atribuição em espécie de mobiliário, eletrodomésticos e utensílios domésticos.



#### Cláusula 4ª

##### Informação a entregar

1. Os pedidos respeitantes aos apoios identificados na cláusula anterior são entregues na Câmara Municipal de Mortágua, mediante o preenchimento do formulário disponibilizado pela CCDDR Centro, com os documentos referidos no anexo I da Portaria 366/2017, de 7 de dezembro, devidamente assinado pelo requerente.

#### Cláusula 5ª

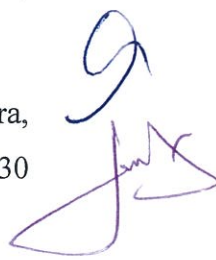
##### Instrução, apreciação e decisão

1. A Câmara Municipal de Mortágua aprecia os pedidos, enviando-os para a CCDR C quando os considerar corretamente instruídos, elaborando proposta de atribuição do apoio.
2. Compete à CCDR C a decisão sobre os pedidos de apoio de valor igual ou inferior a 25 000€.
3. A CCDR C comunica à Câmara Municipal as decisões dos pedidos de apoio, devendo esta notificar os beneficiários.

#### Cláusula 6ª

##### Pagamentos

1. Os beneficiários entregam nas Câmaras Municipais os documentos que instruem o pedido de pagamento dos apoios concedidos.
2. A Câmara Municipal de Mortágua aprecia o pedido, enviando-o para a CCDR C quando o considerar corretamente instruído, elaborando proposta de pagamento do apoio.
3. A CCDR C aprova os documentos de despesa e paga os apoios em dinheiro diretamente aos beneficiários através de transferência para a conta bancária indicada para o efeito, dando conhecimento à Câmara Municipal de Mortágua.
4. Os pedidos de adiantamento são pagos mediante apresentação de orçamento ou fatura, devendo a Câmara Municipal de Mortágua comprovar o início da obra no prazo de 30 dias contados a partir da entrega daqueles documentos.
5. No caso de pagamentos efetuados mediante a apresentação de faturas, os beneficiários devem apresentar os documentos de quitação no prazo de um mês na Câmara Municipal de Mortágua, enviando-os esta posteriormente à CCDR C.



### Cláusula 7<sup>a</sup>

#### Acompanhamento

Compete à Câmara Municipal de Mortágua fiscalizar as obras objeto dos apoios em dinheiro concedidos e verificar a completa e correta execução dos mesmos.

### Cláusula 8<sup>a</sup>

#### Apoio em espécie realizado pela Câmara Municipal

1. Os apoios incluídos neste capítulo podem ser realizados em espécie pela Câmara Municipal de Mortágua, mediante autorização escrita dos beneficiários.
2. Assumindo a Câmara Municipal a realização da obra, compete-lhe cumprir todos os procedimentos legais a ela inerentes, designadamente em matéria de contratação pública.
3. Os pedidos de pagamento são apresentados pela Câmara Municipal à CCDR C, aplicando-se com as necessárias adaptações a cláusula 6<sup>a</sup> deste protocolo.

## Capítulo II

### Apoios de valor superior a 25 000 € e aquisição de nova habitação

### Cláusula 9<sup>a</sup>

#### (Apoios em Espécie e em Dinheiro)

1. Os apoios de valor superior a 25.000€ são, em regra, atribuídos em espécie, competindo à CCDR a realização das obras de construção, reconstrução ou conservação das habitações, mediante autorização escrita dos beneficiários.
2. A articulação entre a CCDR C e a Câmara Municipal de Mortágua, no âmbito de aplicação desta cláusula, é efetuada nos seguintes termos:
  - a) Os pedidos respeitantes aos apoios são entregues na Câmara Municipal de Mortágua, mediante o preenchimento do formulário disponibilizado pela CCDR Centro, com os



documentos referidos no anexo I da Portaria 366/2017, de 7 de dezembro, devidamente assinado pelo requerente;

b) A Câmara Municipal de Mortágua aprecia os pedidos, enviando-os para a CCDR C quando os considerar corretamente instruídos, elaborando proposta de atribuição do apoio.

c) Compete à CCDR C a decisão sobre os pedidos de apoio;

d) A CCDR C comunica à Câmara Municipal de Mortágua as decisões dos pedidos de apoio e notifica os beneficiários.

e) No caso dos apoios prestados em espécie pela CCDR C deve esta entidade submeter à Câmara Municipal de Mortágua as meras comunicações prévias, quando legalmente exigíveis.

#### Cláusula 10ª

##### (Pagamento dos apoios em dinheiro)

1. Os beneficiários entregam nas Câmaras Municipais os documentos que instruem o pedido de pagamento dos apoios a conceder em dinheiro;

2. A Câmara Municipal aprecia o pedido, enviando-o para a CCDR C quando o considerar corretamente instruído, elaborando proposta de pagamento do apoio.

3. A CCDR C aprova os documentos de despesa e paga os apoios em dinheiro diretamente aos beneficiários através de transferência para a conta bancária indicada para o efeito, dando conhecimento à Câmara Municipal de Mortágua;

4. Os pedidos de adiantamento são pagos mediante apresentação de orçamento ou fatura, devendo a Câmara Municipal de Mortágua comprovar o início da obra no prazo de 30 dias contados a partir da entrega daqueles documentos.

5. No caso de pagamentos efetuados mediante a apresentação de faturas, os beneficiários devem apresentar os documentos de quitação no prazo de um mês na Câmara Municipal de Mortágua enviando-os esta posteriormente à CCDR C.

#### Cláusula 11ª

##### Acompanhamento da execução dos apoios em dinheiro

Compete à Câmara Municipal de Mortágua fiscalizar as obras objeto dos apoios em dinheiro concedidos e verificar a completa e correta execução dos mesmos.

#### Cláusula 12.º

##### Aquisição de nova habitação

Compete à CCDR C adquirir novas habitações, no caso de inviabilidade da reconstrução ou manutenção da habitação permanente dos beneficiários no mesmo local, nomeadamente por razões de tutela da legalidade urbanística e de controlo especial de riscos, sempre que tal resulte de parecer da Câmara Municipal de Mortágua.

### Capítulo III

#### Disposições finais

#### Cláusula 13ª

##### Processos

1. A Câmara Municipal fica obrigada a organizar processos administrativos dos apoios concedidos onde constem os documentos comprovativos da respetiva execução.
2. Devem constar obrigatoriamente do processo todos os elementos que integram os procedimentos de atribuição dos apoios.
3. Os processos são estruturados por apoio a atribuir, devendo incluir, com as necessárias adaptações, os seguintes documentos:
  - a) Procedimento de acesso ao apoio pelo requerente, incluindo todos os documentos comprovativos entregues;
  - b) Decisão de atribuição do apoio;



- c) Documentos comprovativos da entrega e execução dos apoios;
- d) Outras informações relevantes, decorrentes do acompanhamento das operações resultantes dos apoios prestados.

#### Cláusula 14<sup>a</sup>

##### Informação quinzenal

A Câmara Municipal de Mortágua presta quinzenalmente informação quanto aos procedimentos de instrução, acompanhamento e execução dos pedidos de apoio.

#### Cláusula 15<sup>a</sup>

##### Entrada em vigor e vigência

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e cessa a sua vigência aquando da conclusão da execução de todos os apoios às habitações danificadas, identificadas no anexo I a este protocolo.

Coimbra, 22 de dezembro de 2017

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



Prof. Doutora Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua



José Júlio Norte